



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

**A PRÁTICA DE FORMAÇÃO DOS/AS EDUCADORES/AS DO
PROJETO DE ESCOLARIZAÇÃO "APRENDIZES DA TERRA" NA
REGIONAL CURIMATAÚ/PB**

EDIVALDO NUNES DOS SANTOS

Guarabira
Junho – 2011

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”
DEPARTAMENTO DE GEO-HISTÓRIA**

**A PRÁTICA DE FORMAÇÃO DOS/AS EDUCADORES/AS DO
PROJETO DE ESCOLARIZAÇÃO "APRENDIZES DA TERRA" NA
REGIONAL CURIMATAÚ/PB**

EDIVALDO NUNES DOS SANTOS

**Guarabira
Junho – 2011**

EDIVALDO NUNES DOS SANTOS

**A PRÁTICA DE FORMAÇÃO DOS/AS EDUCADORES/AS DO
PROJETO DE ESCOLARIZAÇÃO "APRENDIZES DA TERRA" NA
REGIONAL CURIMATAÚ/PB**

Monografia apresentada à Banca Examinadora, como exigência para obtenção do título de Graduação em Geografia, pela Universidade Estadual da Paraíba, sob orientação da Prof^a Rita de Cássia Cavalcante, dentro da linha de pesquisa Educação e Cidadania.

Guarabira – PB

Junho– 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S237p

Santos, Edivaldo Nunes dos

A prática de formação dos/as educadores /as do projeto de escolarização “Aprendizes da Terra” na regional Curimataú/PB / Edivaldo Nunes dos Santos. – Guarabira: UEPB, 2011.

54f. Il. Color.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Rita de Cássia Cavalcante”.

1. Educação do Campo 2. Escolarização
3. Formação I. Título

22.ed. 370.11

Edivaldo Nunes dos Santos

**A PRÁTICA DE FORMAÇÃO DOS/AS EDUCADORES/AS DO
PROJETO DE ESCOLARIZAÇÃO "APRENDIZES DA TERRA" NA
REGIONAL CURIMATAÚ/PB**

COMISSÃO EXAMINADORA:



Professora Ms. Rita de Cássia Cavalcante
(Orientadora)



Professor Ms. Genivaldo Paulino Monteiro
(Banca Examinadora)



Professor Ms. Alexandre Peixoto Farias Nogueira
(Banca Examinadora)

GUARABIRA 21 JUNHO 2011.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela proteção e sabedoria durante toda minha vida.

A minha esposa Maria Verônica Lins pelo apoio, compreensão e sempre acreditar que eu poderia concluir esse curso.

Ao meu filho João Gabriel que é uma dádiva de Deus em minha vida e que com seus gestos carinhosos nos faz acreditar que sempre vale a pena.

Aos familiares mãe, pai, irmãs pelos momentos de incentivo.

A minha orientadora Ms. Rita de Cássia Cavalcante pela paciência e incentivo por acreditar que seria possível a conclusão desse trabalho.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a prática de formação dos/as educadores/as da escolarização do projeto “Aprendizes da Terra”, na regional Curimataú/PB, com a intenção de aprofundar os estudos sobre a temática que envolve a Educação do Campo. Para realização deste estudo foi utilizada a pesquisa participante que só é possível ser concebida a partir do reconhecimento do indivíduo como parte fundante e contribuinte na produção do conhecimento e isso só é possível se houver um envolvimento entre quem pesquisa e quem é pesquisado, em que a ciência não deve ser o centro do trabalho, mas sim, aquilo que expressa os próprios sujeitos pesquisados. Associamos esta abordagem ao estudo de caso, pois permitiu-nos uma aproximação mais de perto com a prática de pesquisa, considerando as manifestações, ações e percepções dos sujeitos em estudo. Estas abordagens conjuntamente procuram incentivar a autoconfiança e a efetiva participação/interação entre pesquisador e pesquisados, Neste sentido tivemos a oportunidade de lançar outros olhares para o contexto em desenvolvimento como planejamentos, visitas, aulas de campo, atividades culturais e religiosas, instrumentos que orientaram nossa pesquisa e que serviram para produzir mais questionamentos a prática de sala de aula e a produção de materiais didáticos pedagógico, que passaram a ser utilizados pelos indivíduos, sendo essas experiências capazes de fomentar uma transformação na busca constante para mudança da realidade educativa dos sujeitos Sem Terra. Resultando na conquista dos/as camponeses/as da faixa de analfabetismo, resultado das 18 turmas de escolarização só na regional Curimataú/Borborema/PB o que favoreceu a inserção dos sujeitos na escola. Esse processo ajudou os/as Sem Terra a juntos romper a cerca do saber, fortalecendo assim, o movimento e suas intervenções. Embora tenham tido muitas dificuldades e limites, os avanços resultantes foram 620 pessoas escolarizadas e destes 219 nesta regional e mais de 50 educadores/as que vivenciaram um processo de formação continuada desenvolvida através de Seminários, oficinas, planejamentos e cursos na região nordeste, que não só ajudaram a entender a pedagogia do movimento, como fortaleceu a participação dos sujeitos nas diferentes práticas político-educativas do MST.

Palavras chave: Educação do Campo, Escolarização, Formação.

ABSTRACT

This study aimed to examine the practical training of educators schooling project "**Apprentice from Earth**," in Regional Curimataú / Paraiba, with the intention to deepen the studies on the subject involving the Education Field. For this study we used participatory research which is only possible to be designed from the recognition of individual fundamental part and contributor in the production of knowledge research and knowledge among those who searched, that science should not be the center of work, but what they expressed their own research subjects. We associate this approach to the case study, it allowed us a closer approximation to the practice of research, considering the manifestations, actions and perceptions of the subjects under study. These approaches seek to jointly self-confidence and encourage effective participation / interaction between researcher and researched, In this sense we had the opportunity to take another look at the context in development as planning, visits, field courses, cultural and religious activities, which guided our research instruments that have served to produce more questions the practice of classroom materials and production didactic teaching, which began to be used by individuals, these experiences can foster a transformation in the constant quest to change the educational reality of the subjects Landless. Resulting in achieving / as campesinos / as the range of literacy as a result of the 18 classes of education only in regional Curimataú / Borborema / PB which favors the inclusion of subjects at school. This process helped the / the Landless together to break through the fence of knowledge, thereby strengthening the movement and its interventions. Although they have taken many difficulties and limitations, advances resulting 620 people were educated and 219 of this regional and more than 50 teachers / those who have experienced a process of continuing education developed through seminars, workshops, and planning courses in the northeast, not only helped to understand the pedagogy of the movement, and strengthened the participation of subjects in different political and educational practices of the MST.

Keywords: Rural Education, Schooling, Training.

SUMÁRIO

PRIMEIROS PASSOS: O DESAFIO DA ESCOLARIZAÇÃO.....	09
1.Caminhos Metodológicos	15
1.1 Por que a pesquisa participativa?.....	17
1.2 – Os momentos do trabalho.....	17
CAPITULO I – MARCOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL.....	19
1.1 Trajetória da Educação do Campo: limites e avanços.....	19
1.2 As Conferências e as mobilizações populares.....	23
CAPITULO II - FORMAÇÃO DO EDUCADOR/A NO MST: UM PROJETO DE ESCOLA CHAMADO “APRENDIZES DA TERRA”	27
2.1 Concepção de escola para o MST.....	28
2.1.1 Escola é muito mais do que conteúdo.....	31
2.2 Proposta de formação dos/as educadores/as no projeto “Aprendizes da Terra”.....	31
2.2.1 Seminários de Formação.....	32
2.2.2 Momentos dos Seminários: Como eram? O que significavam?.....	33
2.3 Planejamentos: produção e conhecimento.....	36
2.4 As visitas.....	40
2.4.1 Situações vivenciadas pelos educadores/as: dificuldades e persistência.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXOS.....	52

PRIMEIROS PASSOS: O DESAFIO DA ESCOLARIZAÇÃO

Quando se fala em Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos países chamados periféricos, a Declaração de Hamburgo (1998) demonstra um “*déficit*” escolar acentuado e que exige uma política pública de caráter universal que garanta o acesso à educação sistematizada aos sujeitos excluídos dos processos escolares ao longo da sua trajetória de vida e da história da sociedade brasileira.

No que se refere ao Brasil, embora seja um país com grande diversidade cultural, com grandes riquezas naturais, uma questão preocupante é a desigualdade e injustiça social. Acrescente-se a isso a ausência de políticas educacionais, pois somos um país com aproximadamente 14.000.000,00 (quatorze milhões) de analfabetos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE, 2010).

Quando se refere à população do campo, segundo dados da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA, 2005) realizada somente nas áreas de assentamentos, de uma população de 478.391, na região Nordeste, estão fora da escola 83,7%, de pessoas acima dos 18 anos. Essa estatística, no que se refere ao estado da Paraíba representa, aproximadamente, 28.034 indivíduos, representando uma cifra de 81,6% dessa população que estão fora da escola. Para termos uma idéia do descaso com educação em nosso estado gasta-se mais com um preso por mês em média de R\$ 1.300,00, do que com um aluno por ano. Apesar de alguns avanços nos últimos anos, nos mostram um total de 11,8% de pessoas acima dos 15 anos de idade analfabetas, sendo que o Nordeste apresenta o menor índice de declínio na queda do analfabetismo 23,48 %. Ainda segundo dados do (IBGE, 2007)

Com os dados apresentados, fica cada vez mais intenso o desejo dos que não tiveram acesso à educação, lutar por uma educação que dê conta de fato de considerar aspectos referentes à história e a realidade dos/as trabalhadores/as.

Tentando desafiar esse contexto, os movimentos sociais organizados que lutam por terra, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST¹ vem concentrando suas reivindicações não apenas na conquista da terra, mas também buscando a educação como base de formação do sujeito. Tendo na escolarização desses indivíduos, um dos grandes

¹ A partir desta página será usada a sigla MST quando se referi ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

desafios. Dessa necessidade é dada a emergência por políticas públicas, o que acabou por fortalecer o debate da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no campo.

Entretanto, é importante dizer que a raiz desse debate se inicia com os movimentos sociais na década de 1940/1960, com o Movimento de Cultura Popular – MCP, Centro Popular de Cultura - CPC e Movimento de Educação de Base – MEB, os quais através de uma perspectiva de educação popular buscaram refletir as condições das políticas educacionais nesse período, enfatizando a necessidade de afirmar uma proposta de educação comprometida com os trabalhadores/as. Essa proposta conforme (BEISIEGEL, 1982 p.113) teria que ter: “uma educação ‘autêntica’ comprometida com a formação da consciência, a promoção do diálogo, a introjeção da autoridade, o auto-governo, a participação responsável do povo no processo de desenvolvimento nacional”. Nesse sentido, haveria de ser uma educação que servisse como instrumento de libertação da subversão e, sendo, pois, um instrumento de transformação da sociedade.

Vale salientar que neste período de manifestações a favor da educação e a busca pela educação voltada para conscientização ela é reprimida com a implantação do regime militar em 1964 que considerava os movimentos sociais de subversivos, inclusive exilando vários pensadores contrários ao regime militar entre eles Paulo Freire. Desta forma os militares buscam adequar o sistema educacional brasileiro aos seus interesses políticos. Desenvolvendo um método de ensino centrado em formar pessoas, não para vida social, mas para o mercado de trabalho, como afirma Nogueira (2010, p.97).

Mas o regime militar não voltou sua atenção para educação do campo, o objetivo inicial foi reprimir o movimento de educação popular². No entanto, o governo militar, diante da elevada taxa de analfabetismo que o país registrava, buscando atingir resultados imediatamente mensuráveis, instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O Mobral foi uma campanha de alfabetização em massa, sem compromisso com a escolarização e desvinculada da escola. Ainda segundo Nogueira (2010, p.99).

Com o processo de redemocratização da sociedade nos anos 1980, outros movimentos foram se consolidando e ganhando mais força e visibilidade e buscando colocar a

² Movimento protagonizado por educadores ligados a universidades, movimentos religiosos ou partidos políticos de orientação de esquerda. Seu propósito era fomentar a participação política das camadas populares, inclusive as do campo, e criar alternativas pedagógicas identificadas com a cultura e com as necessidades nacionais, em oposição à importação de idéias pedagógicas alheias à realidade brasileira. Segundo Ribeiro (1993) *apud* Nogueira (2010).

necessidade de se afirmar na agenda governamental a implementação de políticas públicas específicas para a Educação do Campo. No ano de 1997, o MST, em conjunto com outras entidades: Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF, Universidade de Brasília - UnB, Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, colocaram em pauta esse debate. Essa iniciativa contou com a participação de diversas entidades - movimentos sociais e sindicais, ONG's, Pastorais Sociais, dentre eles o CIMI, CPT, MEB, AEC³, que promoveram o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA, em favor de uma educação básica do campo, com políticas diferenciadas de atendimento a essa camada da sociedade. Este encontro evidenciou a necessidade de realizar as I e II Conferências de Educação Básica do Campo, que desencadeou com a formulação e aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica e Escolas no Campo.

Referendado nos vários encontros e conferências foram desenvolvidos diversos cursos de formação e escolarização, organizados através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, como uma proposta de uma política pública voltada para Educação do Campo. Atendendo as necessidades de alfabetização dos assentados e acampados, teve como principais colaboradores as Universidades e outros segmentos da esfera rural como: Contag, CPT, MST e CNBB, bem como a UNESCO, além da Universidade de Brasília, que já apoiava. Fruto da incansável luta dos movimentos sociais do campo desponta no país com a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores/as rurais assentados/as.

Neste sentido a Universidade Estadual da Paraíba, oportuniza a alfabetização para trabalhadores/as do Campo através de um Projeto de Extensão denominado APRENDIZES DA TERRA: Escolarizando Jovens e Adultos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e Formando Educadores/as nas áreas de Acampamentos e Assentamentos do MST, na Paraíba.⁴

Este projeto foi parte integrante do PRONERA, fruto da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, a Universidade Estadual da Paraíba e

³ Consultar em: KOLLING, Edgar Jorge, NERY, Ir., MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) Por uma Educação Básica do Campo. (Memória), Brasília, 1999.

⁴ A partir dessa página, quando falar em “Aprendizes da Terra” estaremos nos referindo a esse projeto de escolarização.

a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, firmado por meio do convênio CRT/PB/73000/2005, celebrado em 28 de novembro de 2005. Constituinto-se em um espaço em que fomos sistematizando jeitos e práticas de educação do campo.

O Projeto atendeu a 45 áreas de projetos de Reforma Agrária, no estado da Paraíba, das quais 38 em assentamentos e 07 acampamentos, resultando em um total de 1.200 alunos jovens e adultos em processo de escolarização, distribuídos em 60 turmas. Além disso, cuidou da formação de 60 educadores/as para atuarem na EJA, do 1º Segmento (1ª a 4ª séries) do Ensino Fundamental, constituindo-se em 20 alunos/turma, 05 coordenadores, 05 bolsistas e coordenado por um representante do MST e outro da UEPB. Promoveu 04 seminários, sendo um seminário preparatório, sobre a pedagogia do MST, para os professores (as), alunos-pesquisadores bolsistas e coordenadores locais das instituições parceiras e três seminários para acompanhamento e avaliação do Projeto com todos os envolvidos, inclusive, com representação dos/as educandos/as em processo de escolarização. (PRONERA – Projeto “APRENDIZES DA TERRA”, 2006).

Desta maneira, o Projeto “Aprendizes da Terra” buscou não apenas ser um projeto de atendimento ao ensino regular, mas considerou as particularidades desses sujeitos, suas necessidades, os diferentes tempos de aprendizagem dos indivíduos do campo. Tentou aprender os múltiplos espaços sociais, de vivências e experiências contidas no campo e no movimento em que esses sujeitos estavam inseridos. Com esse olhar foi se construindo uma proposta, que pudesse atender a realidade da EJA, valorizando a cultura, as vivências das ocupações, assentamentos, das suas lutas e conquistas. Enfim, das práticas políticas e educacionais contida no campo e das exigências do mundo contemporâneo.

Trazendo para o presente algumas lembranças do surgimento desse objeto de estudo, vemos que a discriminação aos movimentos sociais, também foi parte da minha realidade, principalmente o MST, pois ainda adolescente, olhávamos para o citado movimento de maneira preconceituosa, o que não é aceitável, haja vista, não conhecermos de perto a realidade desses povos, baseando-nos apenas nos noticiários de TV e Jornais, que em sua maioria, tratam de forma desrespeitosa os movimentos sociais. Entretanto, a partir do momento que tivemos acesso a esses movimentos, vimos que sua luta é justa, que não é apenas a luta pela terra, pelo território, mais também pela educação e pela conquista do conhecimento, que torna possível a transformação do sujeito. A luz da geografia podemos conceituar território como sendo ubíquo e amplo. Para nós geógrafos por trata-se de um dos

conceitos clássicos da geografia, que se relaciona com outro de complexidade ainda maior, que é o de espaço (MÉO, 1998).

Nesta luta de superação das próprias contradições, que são travadas nas afirmações permanentes, no direito de buscar a liberdade, a educação do campo se estabelece em suas bandeiras para garantir a força de um povo, neste sentido, caímos sobre o conceito de territorialidade mais que um espaço geográfico resulta em um espaço de luta, de conquista, da cultura de um povo.

De acordo com a perspectiva de Raffestin (1993, p.158) a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Segundo ele os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Todas elas são relações de poder uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Sem se darem conta disso, os atores também modificam a si próprios. É impossível manter qualquer relação que não seja marcada pelo poder.

Para Sack, (1986) por sua vez, enfatiza a dimensão política e o papel dos limites ou fronteiras na definição do conceito de *territorialidade*. Para ele, territorialidade significa: “[...] *a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica*”

Esse fator nos despertou para o interesse dessa pesquisa, mais precisamente a necessidade de entender como se desenvolvia o processo de formação dos/as educador/as, suas atividades, os materiais produzidos pelos educandos/as. Partindo do pressuposto que o papel da escolarização é contribuir na produção de conhecimento do sujeito, bem como, na transformação da sociedade, tornando-se assim, imprescindível que o conhecimento seja um traço mais característico na prática de jovens e adultos.

Entretanto, é importante ressaltar que a nossa ligação com a temática da Educação do Campo foi se dando mesmo antes da entrada no projeto, quando começamos a observar que na EJA e no MST, o conjunto de trabalhadores possuem características diferenciadas no modo de aprender.

Em algumas visitas ao curso técnico em agropecuária em Bananeiras – PB, pude observar o processo de formação desses sujeitos, podendo observar que a metodologia da

Pedagogia da Alternância⁵, fazia que os/as educandos/as aprendessem e colocassem em prática o que aprendiam na teoria, trazendo modificações no seu modo de entender o campo, o manejo com solo, as formas de viver no/do campo, o processo de organização, dentre outros temas, o que fez revermos nossa opinião acerca da atuação e vivência desses atores sociais.

À medida que nos inserimos na licenciatura em Geografia, na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB fomos aprofundando questões da geografia agrária. Bem como nas disciplinas de Prática Pedagógica, em que nos identificamos com aspectos da formação do educador. Essa aproximação com o objeto de estudo foi se concretizando na medida em que fomos observando que não havia quase nenhuma divulgação nos cursos de graduação de nossa instituição, sobre temáticas que envolvem a educação do campo e, mais especificamente, sobre a formação dos educadores/as.

Isso se agravava à medida que percebíamos o preconceito e a discriminação, por grande parte dos estudantes e professores, em relação as temáticas que envolvem o campo: luta pela terra, MST, Reforma Agrária. Acompanhamos situações bastante inusitadas como, por exemplo, professores do curso de licenciatura criticar o trabalho desenvolvido pelo projeto “Aprendizes da Terra”, chegando a conceituar, as pessoas e o movimento social que ele estava inserido de *vândalos*, desocupados destoando completamente do que seja o papel da Universidade com a formação dos sujeitos e com a formação do educador, o que nos despertou ainda mais o interesse pelo tema.

Como resposta propositiva a esse tipo de provocação, foi aprovado em 2005 um projeto de Escolarização no Estado da Paraíba, que se deu em parceria com a UEPB/Campus III/Guarabira. Para satisfação nossa, fui aprovado como bolsista/pesquisador no projeto “Aprendizes da Terra”. Desta inserção pudemos acompanhar melhor e compreender a proposta de formação e escolarização desenvolvida da educação do campo, pois vivenciamos todas as situações, dificuldades e avanços no projeto, o que contribuiu para desenvolvermos esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). E à medida que nos envolvíamos com todas as situações de planejamentos, de formação, de visitas, percebíamos as conquistas e dificuldades do projeto de escolarização.

⁵ A Pedagogia da Alternância significa o processo de ensino e aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferentes e alternados, é uma proposta diferenciada e alternativa que se constitui no universo pedagógico como sendo uma metodologia que une fortemente o espaço familiar e a comunidade de origem.

Todo processo de acompanhamento trouxeram alguns questionamentos: como se desenvolveu a prática de formação do/a educador/a no projeto “*Aprendizes da Terra*”? Que práticas e materiais didático-pedagógicos foram utilizados pelos educadores/as no processo de escolarização? Que contribuições o processo de formação trouxe para o educador/a? Que metodologias ou alternativas foram utilizadas para os educandos produzissem suas atividades?

Diante destes questionamentos propomos como objetivos da pesquisa: Analisar o processo de formação do/a educador/a na Educação de Jovens e Adultos no projeto de escolarização “*Aprendizes da Terra*”, na regional Curimataú. Sendo necessário também, identificar os aspectos fundamentais da prática pedagógica presente no cotidiano do educador/a; analisar materiais didáticos produzidos pelos alunos e sua contribuição para o processo de formação do trabalhador do campo; assim como analisar os relatórios do PRONERA/UEPB/MST.

1. Caminhos Metodológicos

O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir uma pesquisa sobre as práticas de formação do professor das primeiras séries do ensino fundamental,. Buscando identificar através da metodologia adotada a prática das atividades desenvolvidas nas salas de aula. Com base nestas observações iremos tentar encontrar a prática do educador/a e nos elementos que contribuíram no processo de formação dos educandos/as segundo (ANDRÉ, 2004 p.83).

Abordaremos neste item a delimitação da pesquisa realizada que se deu no interior do Projeto de escolarização “*Aprendizes da Terra*”, a partir de um olhar para a regional do Curimataú/PB, que compreende os Municípios de Remígio, com um total de 05 turmas, Alagoa Grande 05 turmas, Pilões 02 turmas, Barra de Santa Rosa 01, Cacimba de Dentro 01, Serraria 01, Algodão de Jandaira 01, Campina Grande 01.

Para dar organicidade a esse trabalho de pesquisa, pontuamos aspectos do projeto: as situações de ensino-aprendizagem dos/as educandos/as, na referida regional e nas áreas de assentamentos e acampamentos acima citadas, buscando na análise entender a metodologia

utilizada em sala de aula; o processo de formação dos educandos/as, observando a estrutura pedagógica e os fundamentos do projeto “Aprendizes da Terra”.

O foco de análise partiu do processo de escolarização no Ensino Fundamental (1ª a 4ª), e da formação dos/as educadores/as. Vislumbrando o conjunto das experiências vivenciadas na sala de aula e na comunidade, que mesmo diante de várias dificuldades, foi firmando-se a partir da abordagem metodológica, adaptando-se e articulando-se através de alternativas a realidade da vida no campo e na luta pela terra vivenciadas no cotidiano de assentamentos e acampamentos.

Assim, o desenvolvimento das atividades de formação dos educadores/as da 1ª e 2ª etapas, em 2006/2007 e 2007/2008 constou-se com base na análise de: mapeamento das salas de aulas e levantamento do perfil dos educandos/as; visitas às áreas de assentamentos e acampamentos, 04 Seminários de Formação destinado aos 81 participantes (Coordenadores, Professores formadores, Bolsistas/Pesquisadores e Educadores/as); além de reuniões de planejamentos nas regionais e atividades de formação com os/as bolsistas e coordenadoras; além da construção dos instrumentos para viabilizar o acompanhamento pedagógico para o desenvolvimento da aprendizagem, produzidos nesses diferentes espaços formativos, os quais foram foco de nossas análises.

Entretanto, construir essa trajetória do trabalho científico significa considerar as observações de Ibañez apud Holliday:

(...) inserir-se nos processos sociais e organizativos da população, visando à resolução dos seus problemas, necessidades e aspirações, num contexto bem determinado. Em qualquer caso, põem-se em marcha ou impulsionam-se processos sociais de ação consciente e organizada, por meio de uma reflexão crítica de sua situação, que permitem modificá-la no sentido do projeto histórico popular. Ele conduz, normalmente, a elaboração de estratégias político-ideológicas de intervenção, em função do apoio e potencialização dos distintos sujeitos populares. (1996, p.25).

Potencializar essa proposta significou fortalecer e consolidar uma proposta de Educação do Campo, voltada para atender as diversas modalidades de ensino, mas em especial, Ensino Fundamental para os Jovens e Adultos (1º segmento); bem como o processo de formação dos educadores/as (produção de subsídios didático-pedagógicos, metodologias, oficinas, seminários) adequadas com a realidade desses sujeitos, como também desenvolver pedagogicamente a formação estudantes pesquisadores inseridos no projeto.

1.1 Por que a pesquisa participativa?

Como o conceito clássico de metodologia participativa abrange as concepções e práticas de investigação dos diferentes nomes, que partem das premissas similares e revelam diferentes aspectos do processo participativo com a finalidade de orientar a prática segundo Chizzotti (2008, p. 90), este tipo de metodologia surge como uma alternativa, libertando-se de metodologias pré-fabricadas. A ação do conhecimento adquirido pelos trabalhadores/as contribui e tomam forma de formação, não só na comunidade mais em todos que fazem parte do projeto.

O resultado é a melhoria, a identificação e a construção do seu próprio material didático, que retrata a junção do conhecimento científico e a utilização do conhecimento popular na sua história. Assim, um conjunto de métodos e alternativas através da materialização dos instrumentos didáticos que se fundem com as concepções pedagógicas.

Essas experiências são capazes de compreender, de transformar a realidade das famílias da comunidade, construir um novo modelo de mudança efetiva dos sujeitos inseridos no contexto social.

O fato de estar inserido nesse processo favoreceu compreender que o desenvolvimento da prática educativa nas áreas de assentamento e acampamento do MST/PB, na Paraíba, só pode ser pensado na articulação com o debate de uma perspectiva da educação popular. O que precede pensar uma proposta voltada para o atendimento das classes trabalhadoras, o que significou dizer que tínhamos que ter claro não só a dinâmica do Movimento, mas a própria dinâmica dos sujeitos inseridos neste processo (suas condições de trabalho e produção, seus enfrentamentos, sua cultura, sua história, suas ações e particularidades de vida), que muitas das vezes um trabalho de pesquisa não dá conta de abarcar.

1.2 – Os momentos do trabalho

Como forma de facilitar o entendimento da pesquisa no primeiro capítulo procurou mostrar a trajetória histórica da Educação do Campo no Brasil destacando as campanhas de escolarização realizadas e a importância das Conferências; No segundo capítulo abordaremos

a formação dos educadores/as no “Aprendizes da Terra” e os caminhos percorridos pelo projeto. E por fim, consideramos os resultados obtidos nesta pesquisa referente a formação dos educadores/as e a abordagem metodológica utilizada a partir do material didático pedagógico construído no coletivo na contribuição do processo de escolarização no “Aprendizes da Terra” para Educação do Campo no Estado da Paraíba.

CAPITULO I

MARCOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Demonstraremos aqui um breve histórico da trajetória e avanços da Educação do Campo, enfatizando também os aspectos limites da EJA sua dimensão formativa e organizativa e os aspectos de avanços na legislação. Trazendo as principais ações na atualidade que regulamentaram a educação dessa população, tendo nas Conferencias e Diretrizes Operacionais de Educação do Campo, aspectos de conquistas na formação do educador/a.

1.1 – Trajetória Histórica da Educação do/no Campo: Limites e Avanços

Pudemos observar que a educação no Brasil inicia-se tardiamente, até fins do século XIX, alguns estudiosos apontam que pouco do que foi realizado neste período, esteve relacionado ao trabalho desenvolvido pelos jesuítas. Nesse sentido que a educação no Brasil esteve respaldada em modelos europeus, reproduzindo o sistema educacional da metrópole portuguesa, a educação já nascia descontextualizada da realidade brasileira.

Isso vai tomando outros contornos à medida que se instala a crise de 1929, a qual favorece o confronto entre os setores agroexportador x industrial, tornando-se o momento fundamental para o surgimento do processo de escolarização brasileira. Esses fatores de acordo com Brum (1998) podem ser caracterizados por um período de mudanças no âmbito educacional e de tomada de consciência, especialmente pelo movimento escolanovista que questiona o tipo de educação até vinculada a igreja e propõe que o poder público assuma a responsabilidade por uma educação pública, laica e de qualidade como um direito e defende que esta seja ofertada a toda população.

No entanto, para população campesina a oferta educacional esteve associada apenas a algumas campanhas, a exemplo, da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA (1947) que com sua extinção, desmembrou a Campanha Nacional de Educação Rural - CNER (1952). Esse quadro fez surgir um grande “*entusiasmo*” pela educação, gerando inúmeros debates, encontros e congressos, com o objetivo de solucionar a situação causada pelas conseqüências do analfabetismo.

Todo este atraso causou forte impacto na população brasileira, especialmente na população do campo, que por volta de 1940, demonstra aproximadamente 55% da população brasileira era analfabeta, sendo esse índice mais acentuado no nordeste, ou seja, 72% (FAVERO, 2004).

A título de destaque pudemos lembrar que a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947), cujas ações e intenções apresentadas estavam voltadas para ações extensionistas e planos de capacitação dos professores e comunidades, demonstram nas suas metas que não só interessava a pela base da leitura, escrita e cálculos, mas pretendia proporcionar noções básicas de cidadania, higiene, patriotismo, economia doméstica (PAIVA, 2003, p. 207-211).

Esta campanha embora tenha atuado no campo e na cidade, de acordo com os estudos da autora antes citada, foi considerada uma das maiores campanhas voltada para o meio rural, tendo como fundamento principal a ampliação das bases eleitorais, integração social e incremento da produção. Mesmo tendo a preocupação com o material didático-pedagógico e a metodologia utilizada, no início, foi utilizado igualmente o mesmo material para campo e cidade. À medida que foi se modificando a prática, os princípios foram se orientando para o desenvolvimento comunitário e conteúdos de educação social. Porém, nas suas linhas gerais prevaleciam os interesses e valores do grupo urbano-industrial que se instalava no novo regime. Mas com a diminuição dos recursos, esta campanha praticamente deixa de existir.

Com término da CEAA, surge a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, em 1952, fica assim evidente, que não diferente da CEAA, esta campanha queria elevar os padrões de vida social das comunidades rurais, despertando neles o espírito comunitário e a busca de soluções para os problemas coletivos. Entretanto, um elemento forte que estava por trás dessas missões era conter a população rural no campo, combatendo a migração campo/cidade (CAVALCANTE, 2002, p. 182).

E embora a sua pedagogia ressaltasse uma metodologia de “desenvolvimento comunitário”, a partir da atuação em pequenas comunidades rurais e com a participação de técnicos e profissionais de diversas áreas (educadores, médicos, agrônomos, veterinários, enfermeiras etc), nas linhas políticas de atuação prevaleciam as orientações dos Serviços Sociais Norte-Americanos, que se organizavam através das Missões Rurais, dos Centros de Treinamentos de Professores e Agricultores e dos Cursos de Formação para o corpo da

campanha, sob o patrocínio da Fundação Ford, Fundação Rockefeller e da Fundação Kellong, criou a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais – CBAR.

Esse convênio se desenvolvia segundo Leite (1999, p. 32), através das semanas ruralistas (debates, seminários, encontros etc.), cabendo aos Centros de Treinamento para Professores e Agricultores, o incentivo à criação dos clubes ruralistas e dos conselhos comunitários rurais. A base da extensão rural desses projetos era transformar o comportamento do camponês, propondo, romanticamente, fazer do pequeno produtor brasileiro, um *farmer* (fazendeiro) americano.

Cabia a essas Missões a responsabilidade pela organização social das comunidades, buscando parceria com o clero, fazendeiros e prefeitos que escolhiam as lideranças que fariam as formações e, depois de capacitados, capacitavam os trabalhadores. Estes só poderiam se ausentar da comunidade quando todos estivessem prontos para assumirem a busca de soluções e alternativas para os problemas vivenciados na comunidade. Além disso, as Missões assumia a educação de base, a organização das cooperativas, a assistência sanitária, moral e cívica, o desenvolvimento das técnicas agrícolas (promovidas através dos clubes agrícolas e dos clubes de mães. (CAVALCANTE, 2002, p. 184).

No período denominado “desenvolvimentista”, a tônica governamental para esse setor pautava-se na lógica do desenvolvimento relacionado com a modernização administrativa, o que não significou mudanças na educação, pois no governo de Juscelino Kubitschek a educação foi contemplada com apenas 3,4% dos investimentos e a ênfase esteve voltada para formação pessoal e técnica, muito embora na Constituição 1946, já previsse a necessidade de elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases Nacional, fruto da luta do movimento escolanovista (BOMENY, 2010).

Mesmo com os avanços no campo da tecnologia e modernização da sociedade brasileira, especificamente, depois da década de 1950 quando a população teve um maior acesso à educação básica, é inegável que até hoje o Brasil enfrenta problemas sérios no que diz respeito à qualidade da educação.

Apesar desses problemas e seus desdobramentos não se pode deixar de enfatizar que a partir da segunda metade do século XX, a situação da educação do campo ganha novas luzes e novos olhares, que previa modernizar as práticas pedagógicas mediante a incorporação de

conhecimentos e métodos oriundos da esfera científica, integrando o homem do campo ao meio social.

Na mesma direção pudemos enfatizar que na década de 1960, mantêm-se firme um forte processo de articulação, organização e mobilização popular em reação ao autoritarismo e repressão instalados com a ditadura militar no Brasil. Além disso, a ausência de políticas educacionais favorece a organização da sociedade civil em direção a conscientização política (movimentos, universidades, intelectuais, lideranças, estudantes) passam a lutar por direitos, tendo como instrumentos a cultura, o teatro de rua, a música, cinema, a formação de base.

A crítica de Paulo Freire a educação escolar brasileira desse período, advertia seu caráter “verbalista”, “decorativo”, “propedêutico”, “acadêmico”, e propõe o diálogo entre os homens no processo educativo propondo a criação de procedimentos que obrigasse a busca permanente de vivência dessa prática. A educação assim era pensada de forma a elevar a vida dos sujeitos do campo. Conforme (BEISIEGEL, 1982).

Segundo (FREIRE, 2005, p.34) Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

Nesse contexto a ênfase na conscientização e no diálogo consistia em elementos fundamentais do pensamento Freireano, mediante a discussão dos conteúdos existenciais da vida individual e social da localidade. Tendo como destaque no trabalho desenvolvido por esse educador, a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, originada em 1962, na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. Nessa campanha segundo (BEISIEGEL, 1982, p. 101), foram alfabetizados 300 trabalhadores rurais, em apenas 45 dias. Como Freire dizia trezentos homens não foram apenas alfabetizados, também se conscientizaram e discutiam problemas brasileiros. Esse método consistia, inicialmente com a discussão junto à comunidade do conceito de cultura, seguindo com o levantamento do modo de vida na localidade, propiciando “palavras geradoras” que direcionavam para os debates, pois o diálogo, é capaz, de gerar, um pensar crítico, sendo assim eram levantados problemas do cotidiano da comunidade, no universo das temáticas existentes.

Essa luta incansável pela recuperação da dignidade, que seja exemplo para reflexão dos demais excluídos, que resultará no empenho necessário na luta por sua libertação.

1.2 – As Conferências e as mobilizações populares

Toda essa mobilização nacional associada aos marcos das Conferências de Educação de Jovens e Adultos consistiu no palco das reivindicações desse setor. Como exemplo, a I Conferência Internacional de Educação de Adultos (1949), em Elsinore, Dinamarca, propondo que a educação de adultos seria desenvolvida com base no espírito de tolerância, devendo ser trabalhada de modo a aproximar os povos, não só os governos; movimentos globais que assinalam a importância das políticas públicas voltadas ao segmento populacional dos adultos. A continuidade das ações traçadas se dão nas Conferências de 1960 em Montreal, Canadá; de 1972, em Tóquio - Japão; de 1985, em Paris - França, em julho de 1997, quando se realizou a V Conferência Internacional de Educação de Adultos em Hamburgo, Alemanha. Que propôs sob o tema da aprendizagem de adultos como ferramenta, direito, prazer e responsabilidade, o evento contou com a participação de mais de 170 estados membros, 500 ONGs e cerca de 1300 participantes. Foi uma conferência onde a mobilização atravessou fronteiras temáticas e de ação: através da liderança do ICAE e alianças com governos progressivos, houve uma intensa mobilização de ONGs e do movimento de mulheres mesmo que sem direito a voto.

Desde o pós-guerra, conscientes do significado de educar os adultos, os países do mundo vêm enfrentando o desafio de atuar para mudar a realidade educacional desses sujeitos, atualmente contando com 862 milhões de pessoas analfabetas, número esse superior ao de crianças que freqüentam a escola primária em todo o mundo de acordo com Delors, (1998).

A Declaração de Hamburgo (1997) aprovou na V CONFITEA, a atribuição de desenvolver a EJA com autonomia e sentido de responsabilidade das pessoas e comunidades, para enfrentarem as rápidas transformações socioeconômicas e culturais pela qual passa o mundo atual. Dentre os temas abordados como prioridade para a “Agenda para o Futuro” aprovado na conferência, consta a garantia do direito universal a alfabetização e a educação básica, concebidas como ferramentas para a democratização do acesso à cultura, aos meios de comunicação e às novas tecnologias da informação.

Entretanto, temos que lembrar que a luta no campo internacional é fruto das reivindicações dos movimentos sociais, cujas conquistas refletem o que hoje pensamos a educação do campo. É a partir dessas lutas que se abre um diálogo com o poder público para implantação de parâmetros legais para educação do campo.

Mesmo de modo limitado a aprovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/96, propõe no seu Artigo 28, a oferta de educação básica para população rural, além de prevê que os sistemas de ensino deverão promover as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente no que se refere:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Embora a existência dos aspectos pensados na legislação, o que se vê na prática é muito diferente. São escolas com metodologias inadequadas aos interesses dos camponeses, inexistência de um espaço apropriado, conteúdos direcionados para realidade urbana. Sem falar, no desrespeito aos tempos do trabalho do campo e da agricultura.

O não cumprimento da Lei e toda situação de conflitos vivenciada no campo, fez com que na década de 1990, retome o debate que se denominou de “Movimento pela Educação do Campo no Brasil”. Nesse contexto, o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília, pode ser eleito como o fato que melhor simbolizou esse acontecimento histórico, referendado pelo “Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro”. Esse manifesto, de certa forma, sintetiza os elementos fundantes do Movimento de Educação do Campo. Em primeiro lugar, evidencia a existência de um sujeito coletivo forte, ente social unido de propósitos, capaz do exercício da autonomia política e portador de consciência dos direitos. Esse momento pode ser considerado a certidão de nascimento do Movimento.

Nesse contexto, o MST, sem dúvida, pode ser considerado o movimento social de importância vital para a retomada da Educação do/ no Campo. Entretanto, convém assinalar que outros sujeitos coletivos forjados em torno das questões do campo, com destaque para as

organizações de âmbito nacional ou regional, a saber: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de uma série de organizações de âmbito local.

Todas essas organizações e as discussões contidas do I ENERA formularam os pontos essenciais para acontecer a I Conferencia Nacional por uma *Educação básica do Campo*, realizada em julho de 1998, em Luziania – GO. A I Conferência consistiu num “momento” processual amplo de articulação política e elaboração de idéias, conforme o representante da CNBB, Nery apud Arroyo & Fernandes (1999, p.7):

Precedida de seminários estaduais, com apoio em um Texto-Base e nas experiências concretas, ela constituiu um processo unindo muitos parceiros na sua animação e, sobretudo, envolvendo, de modo muito participativo, expressiva quantidade de educadores e educadoras do campo.

Após esse evento nacional, as entidades envolvidas no processo, perceberam a necessidade de dar continuidade, constituindo-se assim, a “Articulação Nacional Por uma Educação Básica no Campo”, com sede em Brasília – DF.

O desencadeamento das ações da Conferência culminou com a implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo, que foi aprovada através da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, contribuindo para o Grupo Permanente de Trabalho através instalação da Portaria nº 1.374, de 3 de junho de 2003, o que proporcionou a criação da Coordenação Nacional de Educação Básica do Campo, dentro do MEC.

Estas Diretrizes são Bases legais a serem implementadas nos sistemas de ensino e conforme o Art. 1º: bases legais e pedagógicas a serem implementadas no sistema de ensino; Art. 2º Princípios e procedimentos para adequar o projeto institucional das escolas do campo as diretrizes nacionais, vinculando sua prática à realidade, à temporalidade, à ciência, à tecnologia, aos Movimentos Sociais (identidade).

Na seqüência, em agosto de 2004, ocorreu a II conferencia Nacional de Educação Básica do Campo, em Luziânia – GO, marcando uma espécie de rito de passagem entre o Estado brasileiro e as organizações e movimentos sociais do campo, no que diz respeito à

temática da educação escolar dos povos que vivem no campo, responsabilizando o MEC, a cumprir uma agenda de ações pautadas pela Articulação Nacional por Educação Básica do Campo. Definiu-se a ampliação de novos campos de luta para a Educação do Campo, sinalizando a consolidação de um projeto histórico de educação, conduzido e organizado pelos sujeitos sociais do campo. Recolocou-se o campo e a educação na agenda política do país, impulsionada pela luta pela democratização do acesso a terra e à educação escolar, como direito de todos e dever do Estado. Com isso, firma-se uma nova agenda política definida na Carta de Luziânia.

Todo esse avanço legal, ainda esbarra no preconceito, que insiste em considerar a maioria da população que vive no campo como parte atrasada e fora do almejado projeto de modernidade. Nesse modelo de desenvolvimento, o Brasil apenas é considerado como mais um *mercado emergente*, predominantemente urbano. Camponeses e indígenas são vistos como espécie em extinção.

Nessa lógica, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para essas pessoas, a não ser do tipo compensatório, à sua própria condição de inferioridade, e/ ou mediante as pressões sociais. A situação da educação do Campo hoje retrata bem esta visão como afirma (ARROYO, 2004, p.21).

Há ainda que se considerar que a Educação do Campo sempre foi tratada com o “olhar” para o rural, decidiu-se utilizar a expressão campo e não meio rural, pois entendeu-se que esta educação deveria ser enfatizada, afinal de contas queremos uma educação do campo no campo, haja vista, que questões como a relação campo-cidade estão muito presentes. Por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, continuamente majoritária em muitos setores é a que considera o campo como lugar atrasado, do interior, do arcaico. Nas últimas décadas, consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade. De certa maneira, “esta foi a visão-suporte para o processo de modernização da agricultura implementado no país” ainda segundo (ARROYO, 2004, p.11).

CAPITULO II

FORMAÇÃO DO EDUCADOR/A NO MST: UM PROJETO DE ESCOLA CHAMADO “APRENDIZES DA TERRA”

Até o momento o debate colocado nos mostra que a Educação é sem dúvida um direito garantido por Lei, mas para o cidadão que vive no campo a escola tem que ser um instrumento, não apenas para atender a demanda histórica desses sujeitos, mas precisa pensar em uma educação que assegure a formação integral do ser humano. A grande pergunta é: como os sujeitos são educados do/no campo? Como deve ser pensada a formação dos educadores/as? Mostraremos nos diferentes momentos a seguir como se desenvolveu a proposta de formação de educação do MST, bem como discutiremos neste capítulo o processo de formação dos/as educadores/as do PRONERA, desenvolvido em parceria com a UEPB e o MST.

Entender esse processo requer que compreendamos o campo como espaço de vida, de sujeitos que produzem e colhem para seu auto sustento. Sendo eles, milhões de pessoas que possuem diferentes ocupações, com culturas e modos de vida diversificados. Então devemos questionar se há sentido pensar na Educação do Campo, sem pensar num projeto de desenvolvimento para esse campo?

Analisar esse processo se faz necessário trazer um breve histórico dos diferentes momentos de como a escola vem sendo pensada e qual o lugar que a escola ocupa no MST. Em seguida, demonstraremos como a partir do projeto “Aprendizes da Terra”, essa proposta foi se consolidando no campo da escolarização dos jovens e adultos. Para tanto, buscaremos demonstrar os aspectos fundamentais da prática pedagógica do projeto aprendizes da terra e o cotidiano da formação do/a educador/a e sua contribuição na formação do trabalhador. Para isso tentaremos trazer momentos do processo de capacitação/formação e a produção desenvolvida por esses educadores/as na sala de aula usando as temáticas apresentadas pelo Projeto.